



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4001132-24.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Requerente: **Companhia de Bebidas Ipiranga**  
 Requerido: **Joel Carlos dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Reintegração / Manutenção de Posse em face de Joel Carlos dos Santos, pedindo a reintegração na posse do objeto descrito da petição inicial, objeto de comodato, haja vista o término do prazo contratual, recusando-se o réu à devolução. Pediu também a condenação ao pagamento de uma renda mensal.

Deferiu-seo adiantamento da tutela.

Citado, o réu não contestou os pedidos.

**É o relatório.**

**Fundamento e decidido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 319). Afora isso, os documentos juntados prestigiam a alegação constante da petição inicial.

Cuidando-se de comodato, ao réu incumbe devolver o objeto. Outrossim, retendo-o, contra a vontade do proprietário, deve indenizar a utilização indevida, mediante o pagamento de um valor mensal, que será arbitrado na fase de cumprimento da sentença.

Diante do exposto, **acolho os pedidos** e decreto a reintegração da autora na posse do objeto, consolidando a decisão de adiantamento da tutela. Na hipótese de impossibilidade da recuperação do bem, a obrigação do réu converter-se-á em indenização por perdas e danos.

Outrossim, condeno o réu a pagar para a autora, desde o vencimento do prazo concedido para a restituição amigável, quando da constituição em mora, um valor mensal pela utilização indevida do objeto, até a efetiva reintegração na posse, conforme se apurar na fase de cumprimento da sentença, por arbitramento, com correção monetária e juros moratórios.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Responderá o réu pelas custas processuais, corrigidas aquelas em restituição, e pelos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento, e sobre o valor correspondente à verba indenizatória pendente de arbitramento.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de agosto de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**